

Alexandre Bitencourt

Como a mídia-educação e a inovação curricular
podem transformar a escola pública

LANÇAMENTOS



**A FESTA SURPRESA DA
CHAPEUZINHO VERMELHO**
de Cleia Teixeira

INTERVALO POÉTICO
de J. Wilton



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Bibliotecária:
Patrícia Martins da Silva Rede

Coordenação editorial:
Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Patrícia Martins da Silva Rede
Vilma Maria da Silva

Jornalista:
Luciana Cardoso de Souza

Colunistas:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaufort
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Coordenação editorial (Angola):
Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Web-edição:
T.I. Lee Anthony Medrado

Assessoria Jurídica
Júlio César dos Santos
OAB/SP 344263

Com. de Avaliação e Leitura:
Prof. Dr. Adefilson Batista Lins
Prof. Dr. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Contatos
Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 66 (ago. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 360 p. : il. color

Bibliografia
Publicação contínua desde 2020.
Bimestral
e-ISSN 2675-2573
Disponível apenas online.
Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>
DOI: <https://doi.org/10.52078/g2yjn63>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657. 494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

08 O pertencimento também se constrói à mesa: quando a alimentação escolar encontra os Direitos Humanos

Mirella Clerici

10 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

12 POIESIS

J. Wilton

14 Alexandre Bitencourt: como a mídia-educação e a inovação curricular podem transformar a escola pública

Luciana Cardoso de Souza



ARTIGOS

1. ESTÍMULO DA PRÓ-SOCIABILIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS, CONVIVÊNCIA E DESAFIOS NO COLÉGIO COMANDANTE BULA-PROVÍNCIA DO HUAMBO-ANGOLA	23
Alberto Praia Tchinhama	
2. A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM COMO INSTRUMENTO DE PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA	29
António dos Reis Fançony / Calunda dos Santos Jorge / Sabalo João Luanda	
3. O ESTUDO DA DISTÂNCIA ENTRE DOIS PONTOS NO PLANO CARTESIANO: UM ESTUDO APLICADO AO ENSINO DA GEOMETRIA ANALÍTICA NA 10.ª CLASSE	35
Armando Kangolo Basílio / Denilson Genito Moisés dos Anjos / Ngombo Rodrigues Lucau	
4. CIBERSEGURANÇA, GUERRA CIBERNÉTICA E DINÂMICAS MIGRATÓRIAS: A NOVA DIMENSÃO DOS CONFLITOS E OS DESAFIOS PARA OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E DEFESA	44
Augusto Hudson Simeão	
5. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA	53
Carina Fardim Soares	
6. O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO ANGOLANO E A REALIDADE EDUCATIVA: HÁ, NA PRÁTICA, CONDIÇÕES SUFICIENTES DE ASSEGURAMENTO DESTES DIREITOS?	61
Chiquito Afonso Fernando Domingos / Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	
7. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA O AVANÇO DA ESCRITA DO ALUNO PRÉ-SILÁBICO: CONTRIBUIÇÕES DA CONSCIÊNCIA FONOLÓGICA E DO LETRAMENTO	72
Cirlene Alves de Oliveira	
8. RECONHECIMENTO DE ANGOLA AO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE BURKINA FASO: ANÁLISE SOBRE AS MENSAGENS DO PRESIDENTE JOÃO LOURENÇO AO IBRAHIM TRAORÉ	80
Daniel Cordeiro	
9. PREPARAÇÃO PSICOLÓGICA COMO REFORÇO POSITIVO NA RECUPERAÇÃO DE PACIENTE	85
Edgar Francisco da Silva Gonçalves	
10. ESPAÇOS EXTERNOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MARCOS NORMATIVOS, QUALIDADE E CONTRIBUIÇÕES DE PESQUISAS SOBRE AS PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	90
Elaine Santos do Nascimento	
11. O PSICÓLOGO COMO SOLUCIONADOR DE PROBLEMAS E MITIGADOR DE DANOS: DUAS FUNÇÕES ESSENCIAIS NA PRÁTICA CLÍNICA CONTEMPORÂNEA	97
Esmael Joaquim Machado	
12. POLÍTICA EDUCATIVA EM ANGOLA E A GARANTIA DO DIREITO NA EDUCAÇÃO	100
Faustino Moma Tchippesse	
13. A APRENDIZAGEM DO FUTSAL ESCOLAR COM JOGOS ESPORTIVOS COLETIVOS NA DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	106
Fernando Leite Miranda	
14. A ALTERIDADE NO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SER	113
Gersiane Alves Pavão	
15. A INDISCIPLINA NA ESCOLA: NOTAS DE UM ESTUDO REALIZADO NA ESCOLA NGUENDELAMBA VIN-105	119
Guilherme Mateus Moma	
16. EFICÁCIA REGULATÓRIA DO KWENDA: UMA PERSPECTIVA DA ANÁLISE ECONÓMICA DO DIREITO	126
Gustavo Bruno Wandaqueia António	
17. A TEORIA DOS DOIS FACTORES DE HERZBERG NO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES	135
Irma Cristina de Moraes Chinhema	
18. ENSINO COLABORATIVO NAS SALAS DE ENSINO FUNDAMENTAL II DA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO À LUZ DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)	142
Jean Rodrigo de Oliveira	
19. DO ANALFABETISMO À AUTONOMIA FEMININA: IMPACTO DO PROJECTO OKUTANGA NA VIDA DAS MULHERES ZUNGUEIRAS	151
João Eduardo Quinseque / Mário Jamba Artur / Daniel Marculino Muenho / Eugénio Chicapa / Lília Stevens de la Cruz	
20. RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NO ENSINO FUNDAMENTAL: O PAPEL DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NA ARTICULAÇÃO ENTRE AVALIAÇÃO, FORMAÇÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	161
Joice Pereira Marques	
21. A GESTÃO ESCOLAR E O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO: PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE PARTICIPAÇÃO, LIDERANÇA E TRABALHO PEDAGÓGICO	170
Katia Aparecida de Sousa Lima	
22. PRECONCEITO LINGÜÍSTICO E REGIONALISMO: A VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA	178
Luciana Cardoso de Souza	
23. ENVELHECIMENTO COMO PROBLEMA E COMO OPORTUNIDADE	181
Luís Venâncio / Elizabeth Hama Francisco	

24. A LEITURA LITERÁRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: EXPERIÊNCIAS E MEDIAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS	188
Lusilene da Rocha Alves	
25. ENTRE O PRESCRITIVO E O NARRATIVO: A NATUREZA HÍBRIDA DO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO E OS ESTUDOS DE GÊNERO E DA SEXUALIDADE]	198
Marcelo Cunha	
26. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CURRÍCULO DA CIDADE DE SÃO PAULO: PRINCÍPIOS, DIREITOS DE APRENDIZAGEM E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	215
Maria Angela Ferreira Oliveira	
27. PROGRAMA DE GARANTIA DA QUALIDADE ACADÊMICA NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DO BITA	218
Maria Canga Álvaro	
28. EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: DA CIDADE EDUCADORA AO PROGRAMA SÃO PAULO INTEGRAL	224
Maria Elena dos Santos Silva	
29. A ROTINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E AS NECESSIDADES DA CRIANÇA	227
Maria Madalena Sampaio Silva	
30. DIAGNÓSTICO PRÉ-HOSPITALAR DO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL: PERCEPÇÃO DE ENFERMAGEM SOBRE O USO DA ESCALA DE CINCINNATI	237
Mário Adelino Miranda Guedes	
31. A PERTENÇA ALÉM DA MATRÍCULA: EXPERIÊNCIAS DE ACOLOHIMENTO LINGÜÍSTICO, CULTURAL E ALIMENTAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	242
Mirella Clerici	
32. A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA INFÂNCIA: PEDAGOGIA DA ANCESTRALIDADE E LITERATURA COMO FERRAMENTA DE RESISTÊNCIA	255
Nayane Brito Veras Godinho Hermisdorf	
33. A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA NA ANTIGUIDADE: CONTRIBUTOS PARA A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES DO 1 ANO DO CURSO DE ENSINO DA MATEMÁTICA	267
Ngombo Rodrigo Lucau / Denilson Genito Moisés dos Anjos	
34. ESTUDO DE CASO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO DANDE, BENGO NO PERÍODO DE 2023 - 2025	275
Panzo Manuel Bunga	
35. O USO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ADEQUAÇÃO A NOVA TENDÊNCIA PEDAGÓGICA, CASO DO INSTITUTO SUPERIOR LUSÍADA DO HUAMBO-ANGOLA	281
Pedro Isaac / Walter Albino António Sassoma	
36. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO PERÍODO PANDÊMICO	286
Rafaela Gois Zirpolo	
37. O BRINCAR E AS INTERAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS PARA A ORGANIZAÇÃO DE ESPAÇOS, TEMPOS E EXPERIÊNCIAS	291
Roseli Brito Tenório Ramos	
38. A FORMAÇÃO DOCENTE NA ERA DA EDUCAÇÃO DIGITAL: SABERES, CIDADANIA E DESAFIOS EMERGENTES	300
Suellen Vidal Araújo da Silva	
39. O BRINCAR COMO FERRAMENTA DO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E MOTOR NA INFÂNCIA	307
Talita Torraca Vieira da Silva	
40. FACTORES DE RISCOS ASSOCIADOS À INSUFICIÊNCIA RENAL CRÓNICA EM PACIENTES ATENDIDOS NO CENTRO DE HEMODIÁLISE DO HOSPITAL DO PRENDA NO PERÍODO DE JUNHO A JULHO DE 2025	310
Tamara Garcia Calixto / Belkis Tomilson Garcia / Tomasa Miriam Tabares	
41. SAÚDE E EDUCAÇÃO: INTERSETORIALIDADE ENTRE SUS E ESCOLA NA PROMOÇÃO DO CUIDADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	317
Tatiana Miranda Lima	
42. FACTORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1 CICLO NA COMUNA DE CAITOU, MUNICÍPIO DA BIBALA PROVÍNCIA DO NAMIBE	325
Teresa Francisca Nkhulwavo / Domingos Tchinhama Mangundu / Betsabé Pompa Abreu	
43. EDUCAÇÃO INFANTIL COMO TERRITÓRIO DE DIREITOS: EXPERIÊNCIAS, QUALIDADE E INTENCIONALIDADE PEDAGÓGICA	331
Valquiria Souza Cardoso	
44. DIÁLOGOS E SABERES BIOCULTURAIS E O SEU PAPEL ESTRUTURANTE NA EDUCAÇÃO PARA A BIODIVERSIDADE ENTRE COMUNIDADES KHOISAN DE ANGOLA E POVOS INDÍGENAS DO BRASIL	338
Valter Joaquim Vidal	
45. CONSUMO EXCESSIVO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS NA ADOLESCÊNCIA: PERSPECTIVAS SOCIOLÓGICAS PARA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA EM ANGOLA	344
Vidal António Machado	
46. A SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS: CASO DO MUNICÍPIO DO CHINJENJE-PROVÍNCIA DO HUAMBO	350
Walter Albino António Sassoma	

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by
OJS / PKP



DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE A AVALIAÇÃO FORMATIVA E A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS SOBRE A INFÂNCIA

Carina Fardim Soares¹

RESUMO: A documentação pedagógica ocupa lugar relevante nos debates contemporâneos sobre avaliação na Educação Infantil porque desloca a atenção de resultados padronizados para processos, relações, hipóteses e múltiplas linguagens das crianças. Este artigo analisa as contribuições e os limites da documentação pedagógica como prática de avaliação formativa e de reflexão docente. Metodologicamente, trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, apoiado em revisão narrativa da literatura e em análise de documentos normativos. O levantamento privilegiou trabalhos clássicos que estruturam o campo e pesquisas publicadas, sobretudo, entre 2021 e 2026, selecionadas por sua relação direta com documentação pedagógica, avaliação, participação infantil, formação docente e condições institucionais de implementação. A análise foi organizada em três eixos: fundamentos conceituais; evidências recentes sobre usos e limites; e implicações para formação, gestão e políticas públicas. A literatura examinada indica que a documentação pode favorecer a interpretação dos percursos de aprendizagem, a participação das crianças e a revisão do planejamento, mas seus efeitos dependem dos modos de apropriação e das condições de trabalho. Estudos recentes também registram usos heterogêneos, tensões entre reflexão e prestação de contas e a importância de processos formativos colaborativos. Conclui-se que a documentação não deve ser tomada como técnica autossuficiente nem como sinônimo de registro: sua potência formativa decorre do ciclo entre observar, selecionar, interpretar, compartilhar e replanejar, situado em contextos institucionais concretos.

Palavras-chave: Avaliação formativa; Documentação pedagógica; Educação Infantil; Infância; Formação docente.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação na Educação Infantil exige uma lógica distinta daquela que historicamente organizou práticas de mensuração, classificação e promoção escolar. No ordenamento brasileiro, a primeira etapa da Educação Básica deve acompanhar o desenvolvimento das crianças sem finalidade de promoção, o que atribui centralidade à observação, ao registro e à interpretação dos processos vividos. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e a Base Nacional Comum Curricular sustentam esse acompanhamento processual e recusam a antecipação de mecanismos

classificatórios próprios de etapas posteriores (BRASIL, 2009; BRASIL, 2018).

A documentação pedagógica se insere nesse horizonte, mas não se confunde com o simples acúmulo de fotografias, relatórios ou produções infantis. Na tradição vinculada a Reggio Emilia, documentar envolve escolhas: o que observar, o que registrar, como interpretar, com quem compartilhar e de que modo o material produzido retorna ao planejamento. Rinaldi (2012) destaca a documentação como processo de escuta e construção de significado, enquanto Dahlberg, Moss e Pence (2003) chamam atenção para sua dimensão ética e política, pois nenhum registro é

¹ Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Neurociências, Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo, SME, PMSP.

neutro: toda seleção torna algumas experiências visíveis e outras menos visíveis.

Essa distinção é decisiva. Um portfólio, uma fotografia ou uma anotação podem constituir apenas um registro; tornam-se parte de uma documentação pedagógica quando entram em um processo interpretativo capaz de produzir perguntas sobre a aprendizagem das crianças e sobre as decisões dos adultos. Fochi (2022), ao discutir a experiência do Observatório da Cultura Infantil, diferencia o ato de documentar do conceito de documentação pedagógica e enfatiza sua articulação com planejamento e comunicação. A documentação, nessa perspectiva, não aparece no final do trabalho como prova de que uma atividade ocorreu, mas participa da própria construção do percurso pedagógico.

O problema é que o reconhecimento normativo ou teórico dessa prática não garante uma implementação homogênea. Pesquisas em diferentes contextos mostram apropriações variadas, influenciadas por formação profissional, cultura institucional, políticas de avaliação, tempo de trabalho e finalidades atribuídas aos registros. Em estudo comparativo com educadores da Suécia e da Austrália Ocidental, Lee-Hammond e Bjervås (2021) observaram que o sentido conferido à documentação estava relacionado aos contextos políticos e culturais. Na Finlândia, Lindh e Mansikka (2023), com dados de 135 profissionais, identificaram diferentes formas de adoção da documentação após sua incorporação ao currículo normativo. Esses achados recomendam cautela diante de afirmações universais sobre o que a documentação “faz” na escola.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar a documentação pedagógica na Educação Infantil como prática de avaliação formativa e de produção de sentidos sobre a infância, articulando fundamentos clássicos e pesquisas recentes. A questão que orienta a discussão é: em quais condições a documentação pode contribuir para compreender os processos infantis e qualificar o trabalho docente sem se reduzir a uma rotina burocrática de produção de evidências? A contribuição pretendida é teórica: sistematizar tensões do debate atual e explicitar limites de generalização, evitando transformar inferências plausíveis em fatos supostamente demonstrados por

uma investigação de campo que este estudo não realizou.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo caracteriza-se como ensaio teórico de abordagem qualitativa, apoiado em revisão narrativa da literatura. Essa escolha metodológica é coerente com o objetivo de discutir conceitos, confrontar interpretações e relacionar resultados produzidos por pesquisas distintas, sem pretensão de estimar efeitos, estabelecer prevalências ou representar estatisticamente o conjunto das instituições de Educação Infantil. Portanto, as afirmações apresentadas ao longo do texto são tratadas como proposições teóricas ou como resultados de estudos citados, e não como dados primários produzidos pela autora.

O levantamento bibliográfico combinou obras de referência para a constituição do debate sobre infância, avaliação e documentação com produções recentes localizadas em periódicos e repositórios acadêmicos. Foram utilizados os descritores “documentação pedagógica”, “pedagogical documentation”, “Educação Infantil”, “early childhood education”, “avaliação” e “teacher education”, isoladamente e em combinações. Para a atualização do diálogo científico, priorizaram-se trabalhos publicados entre 2021 e 2026 que apresentassem relação direta com pelo menos um dos seguintes eixos: implementação da documentação; avaliação e participação infantil; formação docente; condições institucionais; ou sínteses de literatura. Trabalhos anteriores permaneceram quando considerados estruturantes para a discussão conceitual.

A seleção foi intencional e analítica, própria de uma revisão narrativa, e não deve ser confundida com revisão sistemática. Não houve protocolo de busca exaustiva, metanálise ou pretensão de constituir um corpus fechado. Para reduzir o risco de sustentar generalizações apenas em textos conceituais, foram incorporados estudos empíricos com desenhos diversos. Entre eles estão o estudo de caso de Buldu e Olgan (2021), o estudo comparativo de Lee-Hammond e Bjervås (2021), a investigação com 135 profissionais de Lindh e Mansikka (2023), estudos qualitativos brasileiros de Aquino e Cruz (2023), Gontijo, Portugal e Ostetto (2023), Sampaio e Medeiros (2023) e

Mendes, Pandini-Simiano e Daudt da Rocha (2024), além de revisões recentes como Alaçam e Olgan (2021), Riquelme-Arredondo, Villagra Bravo e Gutiérrez-Martineti (2025) e Santos e Simiano (2026).

Também foram analisados documentos normativos brasileiros que incidem sobre avaliação e acompanhamento na Educação Infantil, especialmente as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, a BNCC e o Currículo da Cidade de São Paulo (BRASIL, 2009; BRASIL, 2018; SÃO PAULO, 2019). A leitura foi organizada em três eixos: a) fundamentos da documentação como prática interpretativa e avaliativa; b) evidências recentes sobre seus usos, possibilidades e limites; c) implicações para formação, gestão e políticas públicas. Essa organização funciona como estrutura analítica do ensaio e permite distinguir o que decorre de formulações teóricas do que foi observado em estudos empíricos específicos.

Como limitação, a revisão narrativa não permite afirmar que todos os estudos relevantes foram incluídos nem quantificar a frequência dos problemas discutidos. Quando se mencionam burocratização, falta de tempo, formação insuficiente ou padronização, tais questões são apresentadas como tensões identificadas em pesquisas ou na literatura examinada, e não como características comprovadas de todas as redes ou escolas. Essa delimitação metodológica é necessária para preservar a consistência entre o tipo de estudo realizado e o alcance das conclusões.

3. DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO FORMATIVA: FUNDAMENTOS E DESLOCAMENTOS

A documentação pedagógica parte de uma imagem de criança que produz interpretações sobre o mundo, comunica-se por diferentes linguagens e participa ativamente das situações educativas. A formulação das “cem linguagens”, associada a Malaguzzi, tornou-se uma referência para pedagogias que recusam reduzir a expressão infantil à linguagem verbal ou a produtos escolares padronizados (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 1999). Nesse quadro, observar uma criança não significa apenas conferir se ela atingiu um resultado previamente definido, mas buscar compreender estratégias, interesses, relações e hipóteses que aparecem no curso da experiência.

Rinaldi (2012) situa a documentação no campo da escuta. Escutar, nesse caso, não é apenas recolher falas literais; é construir condições para que os processos infantis possam ser revisitados e interpretados. Fotografias, transcrições, desenhos, produções tridimensionais, registros escritos do professor ou narrativas das crianças podem fornecer indícios, mas nenhum desses materiais possui significado pedagógico automático. O sentido emerge da relação entre o registro, a pergunta do educador, o contexto em que a experiência ocorreu e o diálogo posterior com crianças, colegas e famílias.

Dahlberg, Moss e Pence (2003) radicalizam esse argumento ao considerar a documentação uma prática de produção de significado, e não uma janela transparente para uma suposta verdade sobre a criança. O registro é sempre parcial. Essa compreensão introduz uma exigência ética: documentar implica reconhecer que o adulto seleciona enquadramentos e interpretações. A consequência prática é relevante para a avaliação formativa, porque desestimula rótulos estáveis e recomenda que hipóteses avaliativas permaneçam abertas à revisão.

A aproximação com a avaliação formativa ocorre justamente aí. Hoffmann (2012) defende, para a Educação Infantil, uma avaliação sensível aos percursos e às singularidades, afastada de comparação entre crianças e de expectativas uniformizadoras. A documentação pode sustentar esse acompanhamento quando oferece material para interpretar processos e reorientar intervenções. Contudo, não é a presença de registros que torna a avaliação formativa. Um conjunto extenso de evidências pode coexistir com leitura classificatória; inversamente, poucos registros cuidadosamente selecionados podem suscitar análise pedagógica mais consistente.

A revisão sistemática de Alaçam e Olgan (2021), que examinou 24 estudos empíricos publicados entre 2006 e 2019, mostra que a documentação vem sendo relacionada a resultados e processos envolvendo crianças, docentes e famílias. O valor dessa síntese está também em indicar diversidade de objetivos, participantes e contextos, o que impede uma interpretação única do conceito. A literatura recente preserva essa heterogeneidade: a documentação aparece como instrumento de avaliação, estratégia de

planejamento, recurso de comunicação, dispositivo formativo e meio de participação.

Em um estudo de caso desenvolvido ao longo de dois semestres, Buldu e Olgan (2021) acompanharam duas professoras de Educação Infantil após uma formação específica sobre documentação. As pesquisadoras relataram mudanças nas práticas avaliativas, com uso de painéis, portfólios e momentos de compartilhamento com as crianças. O desenho do estudo não autoriza generalizar o resultado para todos os docentes, mas oferece evidência situada de que formação e acompanhamento podem alterar formas de registrar e discutir a aprendizagem.

Já Lee-Hammond e Bjervås (2021), a partir de entrevistas com seis educadores em cada um de dois países, evidenciaram que políticas e tradições locais influenciam o modo como profissionais entendem documentação e qualidade. O estudo é especialmente útil para afastar a ideia de que uma mesma ferramenta produzirá efeitos idênticos em diferentes sistemas educacionais. Quando a documentação se articula a uma cultura de reflexão, pode apoiar análise do trabalho; quando responde principalmente a exigências externas de prestação de contas, outros usos ganham prioridade.

Essa tensão ajuda a compreender por que a documentação não deve ser convertida em fórmula. Modelos podem apoiar docentes iniciantes, organizar memória e facilitar comunicação, mas tornam-se problemáticos quando prescrevem antecipadamente o que deve ser visto ou registrado. A questão central não é a existência de um formulário, e sim a relação entre forma e finalidade. Se o instrumento impede que acontecimentos imprevistos ou linguagens não previstas sejam considerados, sua utilidade pedagógica diminui; se funciona como apoio flexível para perguntas e revisões, pode integrar um processo interpretativo.

No contexto paulistano, o Currículo da Cidade: Educação Infantil enfatiza escuta, participação, observação e documentação como dimensões do trabalho pedagógico (SÃO PAULO, 2019). Essa orientação converge com a concepção de criança como sujeito de direitos e com a avaliação processual estabelecida nacionalmente. Ainda assim, o documento normativo não resolve por si só a questão

de como cada unidade organiza tempo, formação e produção de registros. A passagem do princípio curricular à prática depende de mediações institucionais que precisam ser examinadas em pesquisas concretas.

4. O QUE AS PESQUISAS RECENTES PERMITEM AFIRMAR: USOS, CONDIÇÕES E LIMITES

A literatura recente oferece elementos para discutir desafios da documentação sem transformá-los em generalizações sobre “a realidade escolar”. Lindh e Mansikka (2023), ao estudarem 135 profissionais da Educação Infantil finlandesa após a adoção normativa da documentação, encontraram diferentes dimensões e formas de implementação. O resultado reforça que a existência de uma exigência curricular não conduz automaticamente a uma prática uniforme. Os profissionais interpretam a orientação e a adaptam às condições locais, o que produz apropriações distintas.

No Brasil, estudos qualitativos também mostram experiências diversas. Aquino e Cruz (2023) analisaram as estratégias de duas professoras de uma instituição pública de Fortaleza para conciliar interação, observação e registro. O estudo descreve o registro como trabalho realizado em relação com as crianças, e não como atividade exterior ao cotidiano. Sua contribuição não está em afirmar que todas as professoras enfrentam o mesmo problema, mas em tornar visível uma questão prática: observar e registrar simultaneamente exige decisões sobre presença, atenção e instrumentos.

Gontijo, Portugal e Ostetto (2023) desenvolveram estudo de casos múltiplos envolvendo instituições de Educação Infantil em Portugal e no Brasil, com observação, análise documental e entrevistas. As autoras identificaram articulações entre planejar, documentar e avaliar e propuseram compreender a documentação como estratégia metodológica de caráter didático, político, ético e estético. A comparação entre contextos reforça a importância de não reduzir a documentação a um produto final ou a um único tipo de suporte.

Em outra investigação, Sampaio e Medeiros (2023) entrevistaram três professoras, duas da rede privada e uma da rede pública, e registraram que o

conhecimento teórico sobre documentação era recente para as participantes, embora elas reconhecessem práticas de registro em seu trabalho. O número reduzido de participantes impede qualquer inferência sobre a formação docente brasileira em geral. Ainda assim, o estudo oferece um exemplo empírico de descompasso entre fazeres já existentes e apropriação conceitual do tema, questão que pode orientar novas investigações com amostras e desenhos mais amplos.

A formação em serviço aparece de modo mais direto no estudo de Mendes, Pandini-Simiano e Daudt da Rocha (2024), realizado com uma diretora e quatro professoras participantes de um percurso formativo. As autoras e o autor relatam que o compartilhamento das documentações produzidas favoreceu reflexão sobre criança, docência e experiência. Mesquita (2022), em trabalho colaborativo com educadores, também analisa a documentação como suporte ao desenvolvimento profissional. Em ambos os casos, a dimensão coletiva é central: o registro ganha densidade quando pode ser discutido e reinterpretado com outros profissionais.

Esses resultados ajudam a qualificar uma afirmação frequentemente feita de modo genérico: a documentação pode contribuir para formação docente, mas essa contribuição não decorre mecanicamente do ato de registrar. Ela depende de espaços de análise, diálogo e retorno à prática. Fochi (2022) chega a conclusão semelhante ao descrever uma comunidade de apoio ao desenvolvimento profissional no Brasil: a documentação se articula ao planejamento e à comunicação das aprendizagens, compondo um ciclo de reflexão sobre o cotidiano pedagógico.

A participação das crianças constitui outro ponto de atenção. A documentação pode criar oportunidades para revisitar experiências, comentar fotografias, recontar acontecimentos, comparar produções e produzir novas perguntas. Contudo, “dar voz” não deve ser entendido como operação automática. A seleção do que será documentado e exibido continua atravessada por decisões adultas. Por isso, a participação precisa ser examinada na organização concreta do processo: as crianças podem escolher materiais? revisar interpretações? discordar do adulto? decidir o que será compartilhado? Sem essas perguntas, a retórica do protagonismo corre o risco de permanecer apenas declaratória.

A pesquisa de Falco e Kishimoto (2022) amplia essa discussão ao relacionar documentação e inclusão, defendendo que formas diversas de expressão e participação podem contribuir para práticas mais responsivas às diferenças. O argumento é importante porque desloca a avaliação de uma leitura baseada em déficit para uma atenção às condições de participação. Entretanto, também aqui é necessário evitar determinismo: a documentação pode apoiar práticas inclusivas, mas não substitui recursos, acessibilidade, formação especializada ou reorganizações institucionais quando elas são necessárias.

Em 2025, Riquelme-Arredondo, Villagra Bravo e Gutiérrez-Martineti retomaram a documentação a partir da perspectiva da avaliação como aprendizagem, ressaltando o ciclo entre planejamento, registro, interpretação e devolutiva. A atualização do debate mostra que a documentação permanece vinculada a perguntas sobre participação, equidade e aprendizagem, mas também a tensões entre abordagens centradas na criança e pressões por padronização. Assim, o risco de burocratização pode ser sustentado pela literatura como uma tensão possível e documentada em determinados contextos, não como um fato universal ou uma relação causal já comprovada para todas as instituições.

A revisão integrativa de Santos e Simiano (2026), voltada à relação entre documentação pedagógica e experiência formativa de professores, identificou lacunas na produção analisada e apontou necessidade de pesquisas que articulem de modo mais consistente documentação e formação. Esse achado é relevante para situar a originalidade e o limite deste ensaio: há acúmulo conceitual expressivo e estudos empíricos promissores, mas ainda existem perguntas abertas sobre efeitos de longo prazo, condições de sustentabilidade e diferenças entre redes, etapas etárias e modelos de gestão.

Com base nesse conjunto, é mais rigoroso falar em condições e possibilidades do que em efeitos universais. A literatura examinada autoriza sustentar que a documentação pode favorecer reflexão, planejamento, comunicação e participação quando integra processos interpretativos; também mostra que sua implementação varia entre contextos e que formação, cultura institucional e finalidades avaliativas

interferem em seus usos. Não autoriza, porém, afirmar quantos professores carecem de formação, qual proporção de escolas burocratiza registros ou que a pressão por produtividade produz necessariamente determinada perda de qualidade sem pesquisa desenhada para medir essas relações.

5. FORMAÇÃO DOCENTE, TEMPO INSTITUCIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A discussão sobre documentação costuma se concentrar na habilidade individual do professor para observar e registrar. Essa ênfase é insuficiente porque a prática é atravessada por condições organizacionais. Produzir um registro é relativamente rápido; construir documentação implica selecionar materiais, revisá-los, elaborar hipóteses, discutir interpretações e decidir como o que foi compreendido afetará o planejamento. Trata-se de trabalho intelectual que demanda tempos e espaços profissionais reconhecidos pela instituição.

As pesquisas recentes permitem tratar essa dimensão com maior precisão. Lee-Hammond e Bjervås (2021) mostram que políticas e concepções de qualidade interferem nos usos da documentação; Lindh e Mansikka (2023) evidenciam apropriações variadas de uma mesma orientação normativa; Mendes, Pandini-Simiano e Daudt da Rocha (2024) e Mesquita (2022) descrevem experiências em que o compartilhamento e a formação colaborativa sustentam novas leituras dos registros. Em vez de afirmar genericamente que “as escolas não oferecem tempo”, pode-se concluir que o modo de organizar tempo coletivo e formação é uma variável relevante a ser investigada em cada contexto.

A formação inicial também merece cuidado analítico. Não há, no conjunto de fontes examinadas, base para quantificar quantos cursos de Pedagogia abordam de maneira suficiente a documentação pedagógica. O que se pode afirmar é que estudos com pequenos grupos de docentes registram lacunas ou apropriações recentes do conceito, e que a literatura especializada insiste na necessidade de formação interpretativa, não apenas técnica (SAMPAIO; MEDEIROS, 2023; MENDES; PANDINI-SIMIANO; DAUDT DA ROCHA, 2024; SANTOS; SIMIANO, 2026). Essa distinção evita converter experiências locais em diagnóstico nacional.

Formar para documentar não significa ensinar um modelo de relatório. Exige desenvolver observação intencional, escrita descritiva, capacidade de separar dado e interpretação, sensibilidade para múltiplas linguagens e disposição para revisar hipóteses. Também requer discussão ética sobre exposição de imagens e falas infantis, autoria das produções, seleção do que circula entre famílias e equipes e riscos de transformar documentação em vitrine. A qualidade da documentação depende tanto do que se registra quanto da pergunta que orienta o olhar e do uso que será feito do material.

A gestão escolar tem papel relevante porque define, em grande medida, como as orientações curriculares se traduzem em rotinas de trabalho. Uma gestão que solicita apenas volume de evidências pode estimular produção documental voltada ao cumprimento formal; uma gestão que organiza estudo, análise coletiva e devolutivas pode favorecer usos reflexivos. Essa proposição deve ser lida como hipótese apoiada por estudos sobre contextos de implementação, e não como causalidade linear. Instituições são complexas, e o mesmo dispositivo pode assumir funções diferentes entre equipes e momentos distintos.

No caso da Rede Municipal de São Paulo, o Currículo da Cidade oferece base para uma concepção de documentação articulada à observação, escuta e participação (SÃO PAULO, 2019). O desafio de pesquisa está em compreender como tais princípios são apropriados em unidades com condições concretas diversas. Investigações futuras poderiam comparar tempos destinados ao planejamento, tipos de registro solicitados, espaços de formação, participação das crianças e usos da documentação na comunicação com famílias. Essa agenda produziria evidências mais robustas para avaliar onde a orientação curricular se aproxima ou se distancia das práticas.

Também é necessário distinguir documentação pedagógica de prestação de contas. A escola pública tem deveres de transparência, registro institucional e comunicação, e esses deveres não são, em si, incompatíveis com uma pedagogia da escuta. O problema surge quando finalidades administrativas passam a definir sozinhas o que merece ser visto e como deve ser narrado. Uma política de documentação

consistente precisa equilibrar responsabilidade institucional, proteção de dados, memória pedagógica e espaço para interpretações singulares produzidas pelas equipes e pelas crianças.

A bibliografia mais recente sugere ainda que o debate não está encerrado. A revisão de Santos e Simiano (2026) aponta lacunas na articulação entre documentação e experiência formativa, enquanto Riquelme-Arredondo, Villagra Bravo e Gutiérrez-Martinetti (2025) recolocam a documentação no campo da avaliação como aprendizagem. A permanência dessas perguntas indica que o conceito continua em disputa e desenvolvimento. Isso é produtivo: impede que uma prática originalmente construída para abrir interpretações seja transformada em receita fechada.

Assim, políticas públicas voltadas à documentação deveriam evitar dois extremos: de um lado, a ausência de orientação, que pode deixar o professor sem referências para acompanhar processos; de outro, a hiperprescrição, que transforma observação e escrita em preenchimento repetitivo. Entre esses polos, há espaço para diretrizes que explicitem princípios, garantam tempo de trabalho pedagógico, ofereçam formação continuada e preservem autonomia profissional para selecionar formas de documentar coerentes com as crianças e os projetos de cada contexto.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite compreender a documentação pedagógica como uma prática interpretativa vinculada à avaliação formativa, e não como um conjunto de registros produzidos para comprovar atividades. Seu núcleo está no movimento entre observar, selecionar, registrar, interpretar, compartilhar e replanejar. Quando esse ciclo se rompe e o registro passa a ser tratado como fim em si mesmo, a documentação perde parte de sua função investigativa; quando permanece aberto à revisão e ao diálogo, pode ampliar a compreensão dos percursos infantis e das próprias escolhas docentes.

A revisão de estudos recentes também corrige uma leitura excessivamente segura do fenômeno. Não há base, neste ensaio, para afirmar que a burocratização é a principal distorção em toda a Educação Infantil, que redes de ensino de modo geral impõem modelos fixos ou que a maioria dos professores não recebe formação

adequada. O que a literatura mostra é mais específico: diferentes pesquisas, em contextos delimitados, registraram apropriações heterogêneas, tensões entre finalidades pedagógicas e administrativas, necessidade de formação e relevância de condições institucionais para análise dos registros.

Os estudos de 2021 a 2026 incorporados ao debate tornam a fundamentação mais atual e mostram que a documentação segue sendo investigada em diferentes países e desenhos metodológicos. Há evidências situadas de mudanças em práticas avaliativas após formação, de usos distintos conforme contextos políticos, de articulação entre documentação e planejamento, de possibilidades de participação e inclusão e de experiências formativas baseadas na análise coletiva dos registros. Ao mesmo tempo, revisões recentes apontam lacunas que justificam novas pesquisas empíricas, especialmente sobre sustentabilidade das práticas, efeitos de longo prazo e diferenças entre redes e instituições.

Para a prática profissional, a principal implicação é que documentar exige menos preocupação com quantidade de evidências e mais clareza sobre a pergunta pedagógica que orienta o olhar. Um registro torna-se formativo quando ajuda a pensar: o que esta situação revela sobre as estratégias das crianças? Que interpretação estou produzindo como adulto? Que outras leituras são possíveis? Como as crianças podem participar dessa interpretação? O que precisa ser retomado, ampliado ou reorganizado no planejamento? Essas perguntas aproximam documentação e avaliação sem reduzir uma à outra.

Conclui-se, portanto, que a documentação pedagógica possui potencial para qualificar a avaliação e a reflexão na Educação Infantil, mas esse potencial é condicionado, não automático. Ele depende de formação teórica, espaços coletivos de análise, tempo institucional, políticas que não confundam documentação com comprovação e uma ética de escuta capaz de reconhecer as crianças como participantes da produção de sentidos sobre suas experiências. O avanço do campo requer manter essa promessa sob exame crítico, sustentando afirmações naquilo que as pesquisas efetivamente demonstram e preservando como questões abertas os pontos que ainda demandam investigação.

REFERÊNCIAS

- ALAÇAM, Nur; OLGAN, Refika. Pedagogical documentation in early childhood education: a systematic review of the literature. **Elementary Education Online**, v. 20, n. 1, p. 172-191, 2021. DOI: 10.17051/ilkonline.2021.01.021.
- AQUINO, Pedro Neto Oliveira de; CRUZ, Silvia Helena Vieira. A prática de registro entre as interações e a observação: a experiência de professoras do Centro de Educação Infantil Mário Quintana (Fortaleza-Ceará). **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 25, n. 48, 2023. DOI: 10.5007/1980-4512.2023.e94472.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por amor e por força: rotinas na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF: CNE/CEB, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BULDU, Elif; OLGAN, Refika. Changes in early childhood teachers' assessment practices: positioning pedagogical documentation. **Education and Science**, v. 46, n. 208, p. 55-77, 2021. DOI: 10.15390/EB.2021.10133.
- DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (org.). **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FALCO, Mariane; KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Pedagogical documentation for a more inclusive early childhood education. **European Early Childhood Education Research Journal**, v. 30, n. 2, p. 251-264, 2022. DOI: 10.1080/1350293X.2022.2045334.
- FOCHI, Paulo Sergio. Pedagogical documentation as a strategy for planning and communicating children's learning and pedagogical day-to-day life. **European Early Childhood Education Research Journal**, v. 30, n. 2, p. 227-238, 2022. DOI: 10.1080/1350293X.2022.2046840.
- GONTIJO, Flávia; PORTUGAL, Gabriela; OSTETTO, Luciana. A documentação pedagógica como estratégia metodológica: diálogo com experiências de Portugal e do Brasil. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 25, n. 48, 2023. DOI: 10.5007/1980-4512.2023.e94207.
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e Educação Infantil: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança**. Porto Alegre: Mediação, 2012.
- LEE-HAMMOND, Libby; BJERVÅS, Lise-Lotte. Pedagogical documentation and systematic quality work in early childhood: comparing practices in Western Australia and Sweden. **Contemporary Issues in Early Childhood**, v. 22, n. 2, p. 156-170, 2021. DOI: 10.1177/1463949120928431.
- LINDH, Charlotte; MANSIKKA, Jan-Erik. Adoption of pedagogical documentation in Finnish ECEC settings. **Early Childhood Education Journal**, v. 51, p. 393-405, 2023. DOI: 10.1007/s10643-022-01321-6.
- MENDES, Marcia Regina; PANDINI-SIMIANO, Luciane; DAUDT DA ROCHA, Luciano. Documentar na educação infantil: um olhar sobre um percurso formativo com professoras na creche. **Revista Contexto & Educação**, v. 39, n. 121, e14412, 2024. DOI: 10.21527/2179-1309.2024.121.14412.
- MESQUITA, Cristina. Substantiation of the invisible: pedagogical documentation as professional development support. **European Early Childhood Education Research Journal**, v. 30, n. 2, p. 239-250, 2022. DOI: 10.1080/1350293X.2022.2046835.
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christine. **Documentação pedagógica e avaliação na educação infantil: um caminho para a transformação**. Porto Alegre: Penso, 2019.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia: escutar, investigar e aprender**. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- RIQUELME-ARREDONDO, Angélica; VILLAGRA BRAVO, Carolina; GUTIÉRREZ-MARTINETTI, Stefania. Documentação pedagógica a partir da abordagem de avaliação como aprendizagem em salas de aula de Educação Infantil. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 33, n. 129, e0255107, 2025. DOI: 10.1590/S0104-40362025003305107.
- SAMPAIO, Rakelle Peixoto; MEDEIROS, Jarles Lopes de. Documentação pedagógica: concepções e desafios para a docência na educação infantil. **Revista Cocar**, v. 19, n. 37, 2023.
- SANTOS, Elaine Maria da Silva dos; SIMIANO, Luciane Pandini. Documentação pedagógica e experiência formativa de professores da Educação Infantil: o conhecimento em perspectiva. **Atos de Pesquisa em Educação**, v. 21, e10937, 2026. DOI: 10.7867/1809-03542026e10937.
- SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. **Currículo da Cidade: Educação Infantil**. São Paulo: SME, 2019.



<https://doi.org/10.52078/g2yjnv63>



COORDENAÇÃO:

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alberto Praia Tchinhama	Joice Pereira Marques
António dos Reis Fançony	Katia Aparecida de Sousa Lima
Armando Kangolo Basílio	Lília Stevens de la Cruz
Augusto Hudson Simeão	Luciana Cardoso de Souza
Calunda dos Santos Jorge	Luís Venâncio
Carina Fardim Soares	Lusilene da Rocha Alves
Belkis Tomilson Garcia	Marcelo Cunha
Betsabé Pompa Abreu	Maria Angela Ferreira Oliveira
Chiquito Afonso Fernando	Maria Canga Álvaro
Domingos	Maria Elena dos Santos Silva
Cirlene Alves de Oliveira	Maria Madalena Sampaio Silva
Daniel Cordeiro	Mário Adelino Miranda Guedes
Daniel Marculino Muenho	Mário Jamba Artur
Denilson Genito Moisés dos Anjos	Mirella Clerici
Domingos Tchinhama Mangundu	Nayane Brito Veras Godinho
Edgar Francisco da Silva	Hermisdorf
Gonçalves	Ngombo Rodrigues Lucau
Elaine Santos do Nascimento	Panzo Manuel Bunga
Elizabeth Hama Francisco	Pedro Isaac
Esmael Joaquim Machado	Rafaela Gois Zirpolo
Eugénio Chicapa	Roseli Brito Tenório Ramos
Faustino Moma Tchipesse	Sabalo João Luanda
Fernando Leite Miranda	Suellen Vidal Araújo Da Silva
Gersiane Alves Pavão	Talita Torracca Vieira da Silva
Gouveia de Oliveira Ngunza da Silva	Tamara Garcia Calixto
Guilherme Mateus Moma	Tatiana Miranda Lima
Gustavo Bruno Wandaqueia	Teresa Francisca Nkhulwavo
António	Tomasa Miriam Tabares
Irma Cristina de Moraes	Valquiria Souza Cardoso
Chinhemba	Valter Joaquim Vidal
Jeam Rodrigo de Oliveira	Vidal António Machado
João Eduardo Quinsequei	Walter Albino António Sassoma

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

